



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

BIBLIOTECA
DIGITAL
DE PERIÓDICOS
BDP | UFPR

revistas.ufpr.br

A normalização da precariedade: uma etnografia do espaço da energia e da vida em risco em Vila Nova Esperança (São Paulo, Brasil)

The normalization of precarity: an ethnography of energy spaces and life at risk in Vila Nova Esperança (São Paulo, Brazil)

Andrea LAMPIS^{1*}

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

* E-mail de contato: alampis@usp.br

Artigo recebido em 13 de abril de 2022, versão final aceita em 2 de agosto de 2022, publicado em 23 de dezembro de 2022.

RESUMO: O objetivo da pesquisa é investigar as interseções entre as configurações espaciais do risco de desastres e seus desdobramentos políticos, sociais e culturais. O artigo apresenta os resultados da primeira fase da pesquisa de campo, realizada entre setembro de 2021 e março de 2022 em Vila Nova Esperança, comunidade de baixa renda na periferia oeste de São Paulo. A pesquisa originou-se a partir da análise etnográfica do espaço, relativa ao acesso à infraestrutura e aos serviços energéticos, definidos como objeto de estudo através da noção de *espaço da energia*, trazida pela obra de Setha Low sobre etnografia do espaço e da cultura. A precariedade encontrada no espaço da energia amplia-se a outras dimensões do espaço habitado e suas relações sociais, abrangendo outras precariedades relacionadas ao risco de desastres e aos impactos das mudanças climáticas. O que emerge do levantamento das histórias das pessoas e do lugar é o caráter permanente e intertemporal da precariedade que, apesar das conquistas da comunidade, dos moradores e das moradoras, se apresenta como um fato político. Os resultados combinam a análise realizada com dados sobre a urbanização na periferia de São Paulo, no qual o trabalho etnográfico centrado no espaço e nas configurações espaciais do acesso à energia é integrado pelas narrativas dos e das integrantes da comunidade. Dessa triangulação emerge a combinação da construção social do risco biofísico e social como um elemento transversal que dá forma ao resultado principal do artigo: a multiplicação das formas e dinâmicas de produção social do risco como um processo que vai mais além do risco de desastres e dos impactos das mudanças climáticas. Nesse sentido o termo “normalização da precariedade” proposto no título é uma provocação, um convite à investigação sobre a permanência intertemporal da precariedade na periferia paulista.

Palavras-chave: risco; energia; desastres; periferia; São Paulo.

ABSTRACT: This paper aims to explore the intersections between the spatial configurations of disaster risk and its political, social, and cultural consequences. The article presents the results of the first phase of the field research, carried out between September 2021 and March 2022 in Vila Nova Esperança, a low-income community in the western periphery of São Paulo. The research originated from the ethnographic analysis of the access to energy infrastructure and services, defined as the object of study through the notion of *energy space*, ensuing from Setha Low's work on ethnography of space and culture. The precarity marking the energy space extends to other dimensions of the inhabited space and its social relations, encompassing other fragilities related to disaster risk and the impacts of climate change. Emerging from the systematization of the histories of people and place is the permanent and intertemporal character of precarity, which despite the achievements of the community and the residents, presents itself as a political fact. The results combine the analysis carried out with data on urbanization in the periphery of São Paulo, being the ethnographic work based on the narratives of community members, together with the study of the spatial configurations of energy access. From this triangulation emerges the combination of the social construction of biophysical and social risk as a transversal element that shapes the main result of the article: the multiplication of forms and dynamics of the social production of risk as a process that goes beyond disaster risk and the impacts of climate change. In this sense, the phrase "normalization of precarity" in the title is a provocation, an invitation to look into the intertemporal permanence of precarity in the periphery of São Paulo.

Keywords: risk; energy; disasters; periphery; São Paulo.

1. Introdução

A divisão temática entre disciplinas especializadas relativas ao risco de desastres e à adaptação às mudanças climáticas tem produzido uma aparente desconexão quanto à compreensão da integralidade das diferentes formas de precariedade socioeconômica e ambiental que fazem parte da experiência cotidiana e holística das comunidades das periferias urbanas do Sul Global. O reconhecimento da centralidade do lugar da experiência e da vida cotidiana das pessoas permite enxergar um elemento de conexão nessa desconexão disciplinar, a partir da análise das implicações da permanência ao longo do tempo de formas extremas de marginalização e pobreza nos âmbitos espacial e social. Diante dos riscos relacionados às dimensões climática, hídrica e geológica, assim como daqueles gerados pelas carências de infraestruturas urbanas, neste artigo se

elabora, como uma forma de provocação intelectual, a noção de normalização da precariedade.

Com base nesta provocação se constrói a seguinte hipótese de trabalho: tal precariedade poderia já não ser um fator que provoca indignação, mas, no fundo, algo que nossas sociedades têm aceitado, com graus e formas diferentes entre o Norte Global e o Sul Global. Todavia a sociedade capitalista, a sociedade do risco (Beck, 1992), não tem conseguido resolver o dilema representado pelas grandes desigualdades (Piketty, 2014), em contextos altamente expostos de maneira simultânea a riscos sociais e ambientais (noção de *double exposure*) (Leichenko & O'Brien, 2008). O risco não só é, como na obra de Beck, um fator interno, produto perverso da nossa modernidade reflexiva. Ao contrário, ele é algo que parece se articular com formas sempre mais normalizadas e sofisticadas de exclusão, que resultam em verdadeiras dinâmicas de

impossibilidade de as pessoas viverem em ambientes com maiores níveis de bem-estar e segurança, no tocante tanto ao acesso a meios de sobrevivência quanto aos direitos sociais e econômicos (Sassen, 2014). Neste trabalho, a periferia, particularmente a de São Paulo – megalópole controversa –, é vista ao mesmo tempo como um reflexo e uma metáfora dos dilemas articulados pelo risco e pelas desigualdades sociais e espaciais da nossa contemporaneidade. Isto é especialmente ilustrado em Vila Nova Esperança, comunidade de baixa renda na periferia oeste de São

Paulo, lugar escolhido para a etnografia do espaço da energia que se apresenta a seguir.

2. O contexto da pesquisa

A área urbana identificada como Macrometrópole Paulista (MMP) pode ser entendida como a expressão de uma concentração socioespacial extrema resultante da união de cinco regiões metropolitanas e três áreas urbanas com estatuto especial (Figura 1). Nesta, há uma articulação de

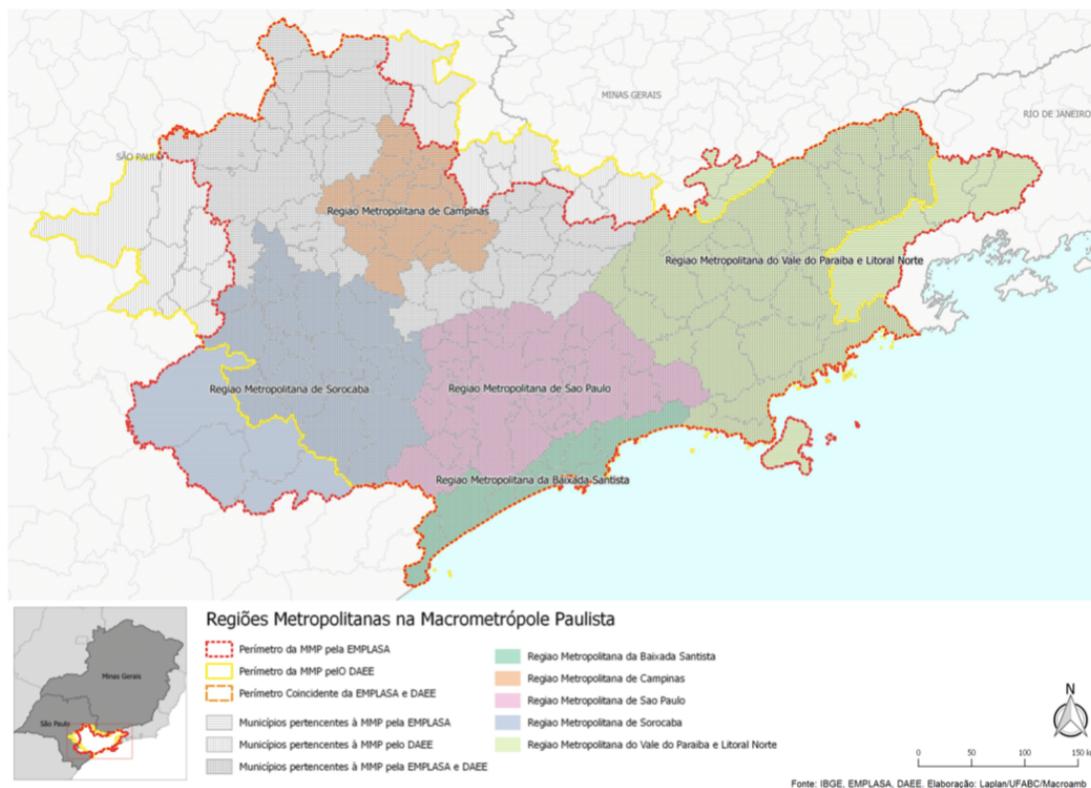


FIGURA 1 – Regiões Metropolitanas na Macrometrópole Paulista.

FONTE: Canil *et al.* (2020).

174 municípios com uma área comparável à da Croácia e um Produto Interno Bruto (PIB) similar ao da Suíça. Evidencia-se na MMP um adensamento de infraestruturas que tornou sua economia a mais dinâmica e moderna do país (EMPLASA, 2019). Em 2016, a MMP foi responsável pela geração de 1,6 trilhões de reais, o que equivale a 25% do PIB brasileiro (EMPLASA, 2019).

Embora seja um dos principais centros econômicos da América Latina, a MMP concentra 2,68 milhões de habitantes que vivem em assentamentos

precários e constituem a população mais vulnerável a múltiplos riscos. Na Figura 2, a realidade da insegurança habitacional é representada a partir do trabalho de Nakano (2019), que realizou uma estimativa com base nos dados do Censo de 2010 do IBGE. De acordo com esta análise, no município de São Paulo, a população em insegurança habitacional potencial distribuiu-se dentre os 96 distritos oficiais. Por sua vez, a maior parte dos municípios metropolitanos e distritos paulistanos tinha entre 10% e 20% das suas respectivas populações totais

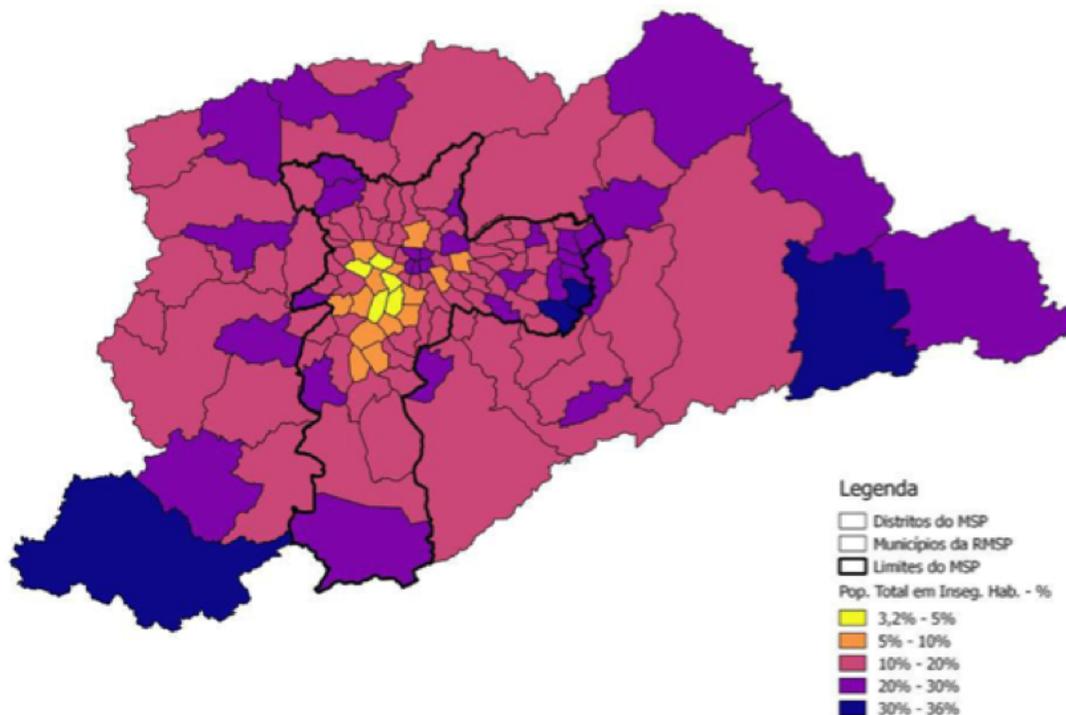


FIGURA 2 – Percentuais da população total em insegurança habitacional potencial na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e nos distritos do Município de São Paulo (MSP), em 2010.

FONTE: Nakano (2019).

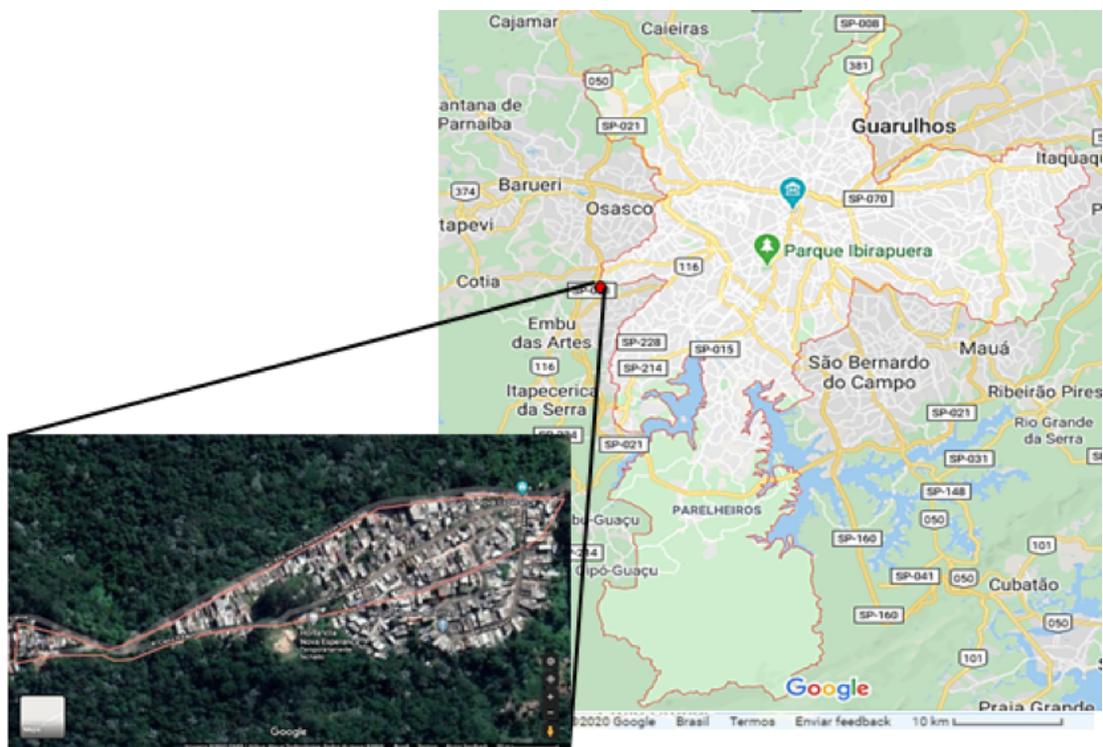


FIGURA 3 – Localização da Vila Nova Esperança na Região Metropolitana de São Paulo (vista aérea do Google Maps).

FONTE: Capuano Mascarenhas (2019).

em insegurança habitacional potencial.

Uma importante consequência social da fusão entre desigualdade e segregação é o forte efeito cumulativo dos riscos sociais e ambientais em pontos críticos, tais como as periferias com alta concentração de vulnerabilidade social, econômica e espacial, ou “hiperperiferias” (Pereira Marques, 2004). Um exemplo destas é Vila Nova Esperança, uma comunidade com cerca de 3.000 moradores que tem conseguido suas moradias em solo não legalizado – a Vila encontra-se no ponto indicado pela seta na Figura 2, no limite entre os municípios de São Paulo e Taboão da Serra, numa área onde a

incidência da insegurança habitacional é entre 20% e 30% (Nakano, 2019).

A área ocupada pela Vila tem múltiplos proprietários, entre os quais se destacam a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Além disso, a Vila fica localizada numa área de preservação: o Parque Jequitibá, antigo Parque TIZO (Terras Institucionais da Zona Oeste), um importante remanescente de Mata Atlântica no meio da área urbana, entre São Paulo e Cotia (SIMA, 2019). Não sendo um bairro legalizado, Vila

Nova Esperança não dispõe de informação precisa sobre o grau de acesso à rede de energia elétrica, no sentido da percentagem exata de núcleos familiares com conexão ao serviço e com uma boa qualidade na provisão da energia. As moradias na área delimitada em rosa na Figura 3 geralmente têm acesso ao serviço legalizado de energia elétrica (assim como de água e saneamento). Contudo, a parte mais nova do assentamento (na parte inferior da imagem) acede à energia através de conexões informais.

Autores como Campello Torres *et al.* (2019) e Luque-Ayala (2014) têm ressaltado que o processo de expansão urbana até as periferias faz delas um objeto de contenda por recursos como solo, água e energia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o acesso à energia elétrica no Brasil aumentou de 94.5% em 2000 para 98.7% em 2010. Porém, o acesso aos serviços energéticos, fortemente ligado à capacidade econômica dos núcleos familiares, continua apresentando diferenças importantes em termos geográficos e, no âmbito urbano, entre as zonas mais centrais ou residenciais e as periferias.

3. Enquadramento conceitual

A noção de normalização da precariedade apresenta-se como um elemento de questionamento da noção de desastre tanto no sentido mais tradicional de evento relacionado com uma ameaça biofísica, quanto no de um fenômeno multidimensional, político e resultante de processos sociais de produção do risco. No espaço em risco, a noção de normalização da precariedade questiona o caráter de excepcionalidade desses fenômenos que é própria de toda abordagem ao “desastre”. Sugere-se,

assim, que, na periferia do Sul Global, como no caso das favelas paulistas, essa condição tem sido normalizada no interior de dinâmicas mais amplas de controle, domesticação e naturalização da diferença, da alteridade e da marginalidade.

A América Latina tem vivenciado as contradições particulares do processo da acelerada urbanização planetária. A emergência climática, com aumento dos impactos sobre as populações mais vulneráveis, obriga-nos à constante reflexão sobre a forma pela qual nossas cidades vêm sendo produzidas e reproduzidas, assim como sobre quais caminhos seguir com vistas a modelos urbanos alternativos, justos e sustentáveis. O relatório do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UN OCHA, 2020) que documenta os desastres desencadeados por fenômenos naturais nas últimas duas décadas na América Latina e Caribe mostra como esta região teve prejuízos de 1 bilhão de dólares norte-americanos causados por danos em 12 enchentes ocorridas entre 2000 e 2019.

Até a publicação do quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 2007, havia uma ausência importante sobre a análise da dimensão urbana vinculada à relação bidirecional entre risco climático e processos de desenvolvimento desigual. Em 2012, a publicação do relatório *Gestão do risco de eventos extremos e desastres para o avanço da adaptação às mudanças climáticas* (IPCC, 2012) contribuiu para preencher esta lacuna de conhecimento e deu às comunidades científicas especializadas em temas de desastres e desenvolvimento seu lugar como interlocutoras legítimas e publicamente reconhecidas do debate sobre as mudanças climáticas. Com a publicação do quinto relatório do IPCC em 2014 e do relatório

do Grupo de Trabalho II sobre “Impactos, adaptação e vulnerabilidade” (IPCC, 2014), esta agência multilateral avançou em termos do primeiro ponto, ao incluir um capítulo inteiro sobre áreas urbanas.

Porém, a atenção política à redução da vulnerabilidade e ao incremento da resiliência instiga inúmeras investigações e propostas de análise teóricas e empíricas que deixam em aberto a questão da cidadania social. As políticas públicas têm centrado o debate mais na redução dos custos e na mensuração técnica e operacional da vulnerabilidade que nas questões de cidadania, qualidade de vida e segurança estrutural das populações (Rodríguez de Luque *et al.*, 2016; IBGE, 2019). A própria transição de um paradigma da vulnerabilidade para um modelo assente na resiliência obriga a perguntar se o discurso subjacente não implica, na verdade, na transferência de responsabilidades das entidades internacionais e governamentais para as comunidades e os cidadãos (Béné *et al.*, 2012).

Como argumentado por Thomas (2008), os termos vulnerabilidade, fragilidade e precariedade têm ingressado no vocabulário atual e são massivamente utilizados por especialistas em desastres. Com o surgimento do conceito do desenvolvimento sustentável, no final da década de 1970, tornaram-se marcos teóricos centrais das ciências sociais e, ao mesmo tempo, das ciências da vida articulados com a noção da resiliência. Alinhado com Thomas (2008), este artigo considera questões que surgem dessas traduções de um campo ao outro da ciência e da política como formas de circulação de um saber aparentemente paralelo à realidade das favelas, das vilas miséria, dos *slums* e das periferias. Isso não apenas no contexto brasileiro, mas também no do Sul Global em geral, onde se concentram grandes desafios do acesso à água e ao saneamento, doenças

transmissíveis, desemprego e fragilidade dos meios de vida, já sinalizados na literatura há mais de 30 anos. A noção de “normalização da precariedade” é o reflexo da constatação da nossa impotência em transformar substancialmente as estruturas de dominação econômica que se alimentam da precariedade urbana, como amplamente analisado pela teoria urbana crítica ao longo das últimas duas décadas com ênfase nos processos de apropriação do espaço e desposseção (Brenner *et al.*, 2012).

4. Metodologia

Em *Spatializing culture: the ethnography of space and place*, livro que inspira a metodologia aplicada neste trabalho, Setha Low (2017) põe ênfase no poder da etnografia para a compreensão do que fica oculto nas margens da sociedade, aquilo que dados quantitativos não conseguem relevar. A autora ressalta este método como meio para interrogar o que fica encoberto e fazê-lo aparecer como óbvio. A proposta de Low de utilização do método etnográfico para a compreensão do espaço e do lugar considera que esta hibridação permite gerar uma compreensão detalhada dos vieses, a saber as desigualdades e as formas de exclusão social. Considera ainda que uma relação mais horizontal entre o/a pesquisador/a e os/as moradores/as permite também uma autocompreensão dos lugares onde eles/as moram, trabalham, intercambiam economicamente e socializam (Low, 2017).

O método etnográfico é regido por protocolos estritos e sequências que precisam ser respeitadas para garantir rigor e êxito (Cefaï, 2013). Esta abordagem, ou essa lente como diria Low, permitiu enxergar relações entre o risco de desastres e o

espaço da energia, que conformam o fundamento empírico deste trabalho. Tais relações não foram contempladas inicialmente como um objeto de análise principal, embora tenham logo revelado sua centralidade. Neste artigo apresentam-se os resultados de uma primeira fase de uma pesquisa interdisciplinar que contempla um trabalho etnográfico de acompanhamento de cerca de 15 núcleos familiares e uma componente quantitativa com uma pesquisa com questionário para 500 núcleos familiares. Este artigo fundamenta-se numa componente do estudo que combinou os resultados da etnografia do espaço da energia, seis meses de presença semanal (ou quinzenal, a depender de vários fatores climáticos e sociais) na comunidade, e entrevistas em profundidade com seis moradores e moradoras de Vila Nova Esperança, e reiteradas conversas com Lia Esperança, a líder comunitária local. A coleta de dados da componente etnográfica do espaço da energia foi feita entre setembro de 2021 e março de 2022. A pesquisa observou os critérios exigidos pela Universidade de São Paulo quanto à apresentação de um plano de gestão de dados, que inclui uma componente sobre ética da pesquisa, tratamento das identidades e riscos que ela possa representar para moradores e pessoas em geral.

5. O espaço em risco

A noção de espaço em risco é fruto da fusão de elementos clássicos da literatura sobre gestão do risco de desastres, e daquela da tradição dos estudos sociais da ciência e a tecnologia (STS – Science and Technology Studies, pelo acrônimo em inglês), junto com a produção no campo da ecologia política latino-americana. Na América Latina, o conceito

de território é dado pela ideia de que lugar e cultura são inseparáveis; portanto, bem diferente da ideia de *landscape* anglo-saxônica que enfatiza os aspectos da geografia física (Moreira *et al.*, 2020). Dos STS, o conceito de configuração sociotécnica (Jasanoff, 2004; Jasanoff & Kim, 2013) contribui para se pensar o social como resultado da uma combinação entre materialidade (por exemplo, a infraestrutura elétrica ou a existência de um dado risco de deslizamento) e o modo como se articulam tanto as formas de vida como as narrativas do poder sobre elas (não é normal viver em favelas; portanto, estas devem ser removidas). É com base nesta combinação que as falas apresentadas neste artigo, a partir da sistematização das anotações da etnografia, são reveladores da indissolubilidade entre vida, espaço e risco.

Meu nome é MLAS, mas todos me conhecem como Lia. Sou baiana do interior, numa cidade que se chama Itaberaba. Nessa cidade até hoje não existe favela. Lá a pessoa mais pobre que não tem condições de construir uma casa de tijolo constrói de pauapique, uma forma sustentável tanto pro bolso como pra natureza (Siqueira *et al.*, 2020, p. 44).

Na parte da entrevista dedicada à memória da chegada à Vila Nova Esperança, a narrativa de Lia apresenta um conjunto de categorias que, como se fossem o fruto da obra de um verdadeiro pincel, desenham as linhas principais de um cenário marcado por grandes fraturas socioespaciais, típicas da periferia do interior da área metropolitana de São Paulo. Uma primeira oposição vê, de um lado, seu lugar de origem, Itaberaba – lugar onde não havia miséria – e, do outro lado, o cenário da Vila Nova Esperança, acompanhado implicitamente por um conjunto de elementos que são expressão de risco

e precariedade. Na segunda oposição, tem-se, de um lado, a grande cidade – embora não se fale dela expressamente nesses termos –, um território de riqueza e oportunidades que, indiretamente, revela toda a magnitude da desigualdade socioespacial, distribuição de renda, oportunidades e acesso aos direitos sociais. Do outro lado está a periferia, o lugar onde, sim, existem pobreza, miséria e lutas por espaço e moradia digna, convocada na narrativa com toda a força reveladora da injustiça.

A memória é o elemento transversal às duas oposições, bem como o fator evocador, dando, ao mesmo tempo, continuidade às fraturas temporais e espaciais. De um lado, nota-se a saudade daquela condição de vida com dignidade, através da lembrança do tempo de vida em sua cidade de origem, ainda que fosse no meio da pobreza. Do outro lado, ressalta-se a busca inacabada de novas formas e configurações para que essa dignidade se reafirme no novo contexto da periferia paulista. Para além de algum elemento de idealização do lugar de origem, a Vila Nova Esperança, como nos conta Lia, é um espaço onde as vidas e os corpos estão em risco. O risco fragiliza os meios de vida, consome os recursos e esgota as energias. Portanto, como abordado em uma vasta literatura sobre os impactos sociais dos desastres (Blaikie *et al.*, 1994) e os desafios da adaptação às mudanças climáticas (Romero-Lankao *et al.*, 2014), o risco torna-se um elemento político para a compreensão crítica das razões que impedem de maneira incontestável a tradução das visões centralistas e o discurso único do IPCC sobre adaptação e gestão do risco de desastres às realidades das periferias do Sul Global. Lia lembra, na entrevista que o autor realizou com outros dois colegas para a revista *Diálogos Socioambientais*:

Cheguei na Vila Nova Esperança em 2003 e, em 2006, descobri que havia um processo para remover todas as famílias da comunidade porque esse espaço é de preservação ambiental. Em 2010, fui eleita presidente da associação, pois aqui tem uma eleição onde a comunidade escolhe seus líderes comunitários. Em 2010, eu substituí a antiga líder da associação e a partir dali eu comecei a ver qual era o motivo daquele processo para tirar a comunidade. A razão, segundo eles, era que a promotoria do meio ambiente dizia que nós estávamos destruindo o meio ambiente e era com essa motivação que eles queriam tirar as famílias daqui (Siqueira *et al.*, 2020, p. 44).

No site da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), a história do Parque Jequitibá é marcada por um conflito socioambiental preexistente à chegada de Lia à Vila Nova Esperança. O contexto já era bem mais complexo e articulado. As acusações movidas contra os moradores por serem considerados destruidores do meio ambiente parecem ser fruto tanto do estigma cultural, como do tratamento que as instituições e as classes sociais mais abastadas costumam dar às comunidades oriundas das lutas por moradia que ocupam espaços urbanos no Brasil (Cardoso e Denaldi, 2018). As acusações também se assentam no interesse por terreno livres, potenciais fontes de lucro financeiro numa das urbes onde o valor do solo está entre os mais altos da América Latina (Rolnik, 2015).

Conforme a narrativa da SIMA, o momento chave para a articulação do conflito aconteceu em 2001 quando a CDHU adquiriu o terreno, então chamado Fazenda TIZO, com o objetivo de transformar a área em local de habitação popular (SIMA, 2019). A caracterização das sucessivas tensões sobre o destino dos terrenos é também detalhada em SIMA (2019), que apresenta uma narrativa típica do

ambientalismo institucional. Ela mostra-se sensível e atenta à vida silvestre, aos biomas e à preservação desses bens definidos na literatura dominada pela economia institucional como “comuns”, mas não aos dramas humanos e sociais (Dietz *et al.*, 2002). De fato, na narrativa de Lia, o papel dos virtuosos é aquele desempenhado pela comunidade e os vilões são os que a consideram como destruidora do meio ambiente e uma ameaça, um risco, um passivo (*liability*) para o Parque TIZO. Na citação abaixo, a divisão entre virtuosos e vilões revela-se igualmente clara, porém os papéis são completamente invertidos – a comunidade da Vila sendo colocada no papel de vilã:

Com a notícia de que a mata seria totalmente suprimida para dar lugar a empreendimentos, as escolas e a comunidade do entorno engajaram-se fortemente na luta para assegurar a proteção da área e a preservação de sua biodiversidade. Essa luta que percorreu alguns anos, em 2004 ganhou força, quando resultou na determinação da adoção de medidas para a preservação da vegetação e dos mananciais da fazenda TIZO e a recuperação das áreas degradadas, além de impedir futuros parcelamentos da área (SIMA, 2019, p.1).

Como resultado da Ação Civil, o “Parque Urbano de Conservação Ambiental e Lazer em área localizada nos Municípios de São Paulo, Cotia e Osasco” foi criado pelo Decreto Estadual 50.597 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

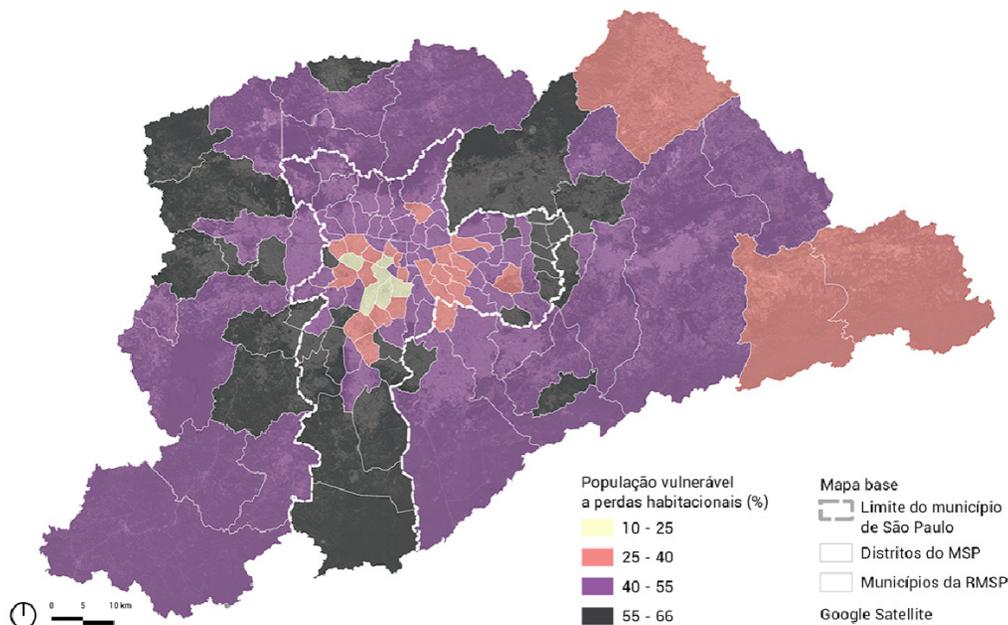


FIGURA 4 – População preta e parda vulnerável a perdas habitacionais na RMSP (2010).

FONTE: Nakano (2020).

em 2006, cobrindo 130 hectares e excluindo a área da Vila Nova Esperança (Capuano Mascarenhas, 2019). Em 2012, sob a responsabilidade da SIMA, foi realizada uma ação simbólica para celebrar o início das obras com o plantio de um jequitibá rosa, árvore extremamente importante para o bioma da Mata Atlântica, dando assim um novo nome à área: o Parque Jequitibá.

Por sua vez, o espaço urbano e os processos de remoção forçada na RMSP são socialmente construídos e racializados, conforme lembra Nakano (2020). Este autor tem realizado uma análise espacial de grande precisão e detalhamento no âmbito do trabalho do Observatório de Remoções (Moreira *et al.*, 2020). Em sua *Cartografia da produção de transitoriedade e despossessão dos territórios populares* (Figura 4), Nakano ilustra que a população preta e parda vulnerável a perdas habitacionais se concentra em distritos das extremas periferias Oeste e Sul do município de São Paulo (justamente a área na qual se encontra Vila Nova Esperança). É nesta zona que os espaços urbanos da cidade de São Paulo se conectam com os municípios contíguos da região metropolitana (Nakano, 2020).

6. Os corpos em risco

A ideia do corpo em risco tem sido explorada principalmente nos âmbitos das práticas culturais (Guzzo, 2004) e intersubjetivas (Albuero-Cañete, 2014) ou, ainda, na perspectiva da saúde pública (Morgan, 2004). Contudo, no campo de estudos sobre desastres e adaptação às mudanças climáticas, menor atenção tem sido dada às genealogias do risco (Davis & Hayes-Conroy, 2018). No sulco da tradição foucaultiana, a análise dos dispositivos de

organização e reprodução do espaço operados pela política pública urbana como formas de controle e domesticação dos sujeitos através do controle (direto e indireto) sobre seus corpos ainda representa um nicho relativamente pouco pesquisado.

Nos âmbitos brasileiro e chileno, uma notável exceção é o trabalho de Saavedra & Marchezini (2020), que reconstrói os processos biopolíticos de controle da vida a partir das evidências sistematizadas em dois estudos sobre desastres: o terremoto de 27 de fevereiro de 2010 no Chile, e as inundações de 12 de janeiro de 2011 na região serrana do estado do Rio de Janeiro no Brasil. Ambos os casos mostram o caráter biopolítico das ações governamentais emergenciais, cuja abrangência vai desde questões relativas à gestão da vida (restrição do acesso à moradia de origem para os/as atingidos/as) até a produção cultural do estigma e o estabelecimento de dispositivos que obrigam as pessoas a permanecer em lugares ou a se movimentar ao longo de trajetos ou paradas obrigatórias – isso para o controle do estado de saúde - ou devido à tipologia de moradia imposta pelos processos de reassentamento, como no caso dos albergues, chegando às limitações impostas ao livre movimento e acesso aos espaços de vida e memória com a criação de zonas de alto risco e acesso limitado e controlado. Nesses dispositivos, os aspectos de gênero e diversidade racial e social destacam-se pela violência e pelo rigor extremo da aplicação das medidas nos processos observados no Chile e no Brasil (Saavedra & Marchezini, 2020). Tal forma de governamentalidade de matriz foucaultiana aplica-se também no caso de Vila Nova Esperança e na relação de seus moradores e moradoras com a institucionalidade nos processos de luta para permanência e no enfrentamento das múltiplas formas de risco que aparecem ao longo

da narração deste trabalho.

Conforme as contribuições conceituais e os exemplos apresentados, nesta seção, utiliza-se a noção de espaço como dispositivo socialmente construído e funcional aos propósitos de controle (Foucault, 2008). Desse modo, procura-se enfatizar como a materialidade do espaço precário das periferias do Sul Global, como é o caso das favelas brasileiras, desfralda finalidades não explícitas e profundamente políticas orientadas por objetivos de expulsão (Sassen, 2014) e segregação (Gama Torres *et al.*, 2003). Em outras palavras, as políticas públicas de gestão do risco, do território e da infraestrutura urbana, tomadas como um conjunto, formam um dispositivo que, além de operar como um fator de encerramento e controle das pessoas no interior do espaço marcado por um território, é um elemento de normalização do risco. Enquanto tal, esse dispositivo atinge tanto os corpos físicos das pessoas, como sua dimensão psicológica, através de uma cotidianidade na qual o risco é uma constante no espaço e ao longo do tempo, apesar das histórias de vida serem absolutamente dinâmicas e cambiantes (Albrecht *et al.*, 2007).

Portanto, o uso que aqui se faz da noção de risco implica numa superação da perspectiva objetivante da abordagem clássica da gestão do risco de desastres. O risco aqui é algo que rompe com a normalidade, algo extraordinário, como nos autores clássicos dos estudos de desastres (Lavell, 2012), ainda muito usados na atual compreensão da relação entre desastres e mudanças climáticas. A Figura 5 apresenta uma área de Vila Nova Esperança onde as construções são mais recentes, em comparação com a parte mais antiga do bairro, localizada na rua principal, a Avenida Eiras Garcia (ao longo da margem superior do mapa representado na Figura

3). Na parte mais nova, as moradias quase sempre resultam de processos de autoconstrução, o mobiliário urbano é precário e as conexões de energia elétrica são ilegais e, em muitos casos, precárias e improvisadas.

A vulnerabilidade social não é compartimentada. Falar da dimensão econômica ou da infraestrutura de uma maneira separada poderia servir para nós, acadêmicos, como elemento de análise. Mas na vida das pessoas, os ativos e recursos, assim como os processos que determinam a diminuição, a fragilização ou o esgotamento deles, encontram-se interconectados. A Figura 6 representa o que informalmente é definido como “gato”: uma conexão elétrica ilegal. Esta é apenas a imagem exterior de um processo de vulnerabilidade social e de construção social de risco muito mais complexo. De uma forma similar ao descrito anteriormente, em Vila Nova Esperança, a precariedade das formas econômicas de sustentação expõe os núcleos familiares a riscos de caráter institucional relacionados com potenciais sanções e acidentes que podem ter impactos sérios na saúde das pessoas, além de representar uma forma de impacto estendido no tempo (ou estresse) pela pobre qualidade dos serviços energéticos. Esta parte da história da comunidade é reveladora e aterradora ao mesmo tempo. No trecho mais novo de Vila Nova Esperança, todas as construções têm conexão elétrica ilegal. Ou seja, as pessoas usam eletricidade com uma conexão sem que sejam observadas, pelo menos formalmente, as normas de segurança às quais têm acesso e direito aqueles que desfrutam de uma conexão formal. O “gato” representado na Figura 6 evidencia toda a precariedade e o perigo que esse arranjo representa para os/as usuários/as.

Conforme as entrevistas realizadas com dois moradores dessa área da Vila Nova Esperança, a



FIGURA 5 – Conexões elétricas informais em Vila Nova Esperança.
FONTE: O autor.



FIGURA 6 – Conexões elétricas informais em Vila Nova Esperança.
FONTE: O autor.

dinâmica parece ser ainda mais aterradora de que o fato já grave de ter pessoas e famílias inteiras com um acesso tão precário a um serviço essencial para a realização de muitos direitos humanos e sociais, como a saúde e a educação. Na realidade da periferia, não só a pobreza é um fato dramático, mas também a imposição de formas institucionalizadas de submissão e vexação econômica nas quais são corresponsáveis tanto o setor público como o privado. Para garantir a colocação em segurança de tais conexões, evitando possíveis problemas, contaram os entrevistados, a comunidade tem que contratar privadamente técnicos que trabalham para as empresas públicas a um custo exorbitante, chegando a somas que superam 15.000 reais (aproximadamente 2.700 dólares norte-americanos). Portanto, na periferia paulistana, a vida e o espaço existem em um contexto de risco que representa a normalidade e que se compara com muitas outras geografias sociais do Sul Global. Nela os/as moradores/as têm também que lutar para defender esse contexto em risco para que a situação não se torne pior.

7. A luta pelo espaço e pelo lugar

Lia¹ chegou na área no meio de um processo de luta pelo direito à moradia e à permanência no lugar, em 2003; os moradores elegeram-na em 2010 como representante da liderança comunitária. Sua fala ressalta os desafios nesse processo:

¹ MLAS, conhecida como Lia, nome que ela preferiu adotar também com os meios de comunicação e na relação com pesquisadores e pesquisadoras do mundo acadêmico.

[...] Vamos ter que tirar vocês porque vocês estão degradando, vocês estão no espaço de preservação ambiental. Eu pensei, mas a natureza foi feita para as pessoas, e eu ficava pensando por que tirar a natureza de dentro da natureza? Por que não ensinar a essas pessoas a conviver com a natureza? [...] o que só precisa é que a gente aprenda a conviver com a natureza [...] se você vem e me mostra um problema tem que me trazer um “pacote” porque dizer onde eu erro é fácil, difícil é me ensinar como não errar [...] em 2010 eu me tornei líder, já sabia quem era dono, já sabia tudo, e a gente entrou com uma ação de interdição para a CDHU. No dia da audiência, a CDHU chegou aqui cedo com homens armados falando que não tinha mais audiência e que a gente tinha que sair daqui de qualquer jeito [...]

À ação violenta da tentativa de remoção seguiu uma intervenção de Lia na audiência, apesar das intimidações, e sua presença nas reuniões públicas das instituições até ganhar visibilidade política. Começou então, com o promotor ambiental, a construção de uma visão de transformação do espaço de Vila Nova Esperança em um território ecologicamente sustentável. Em 2011, organizaram-se mutirões de limpeza apoiados por moradores da Vila, algumas faculdades e ONGs. Lia teve que enfrentar muita oposição e tensões relativas aos interesses particulares, hábitos culturais e diferentes visões em relação ao promotor ambiental. A iniciativa seguinte, em 2013, foi a criação de uma horta para conseguir a segurança alimentar e avançar na transformação de Vila Nova Esperança em um espaço sustentável. A história recente do Brasil e das urbes da América Latina é repleta dessas histórias. Nenhuma é iguala outra e todas merecem ser contadas, porque atrás dos dados numéricos desaparecem rostos, as experiências, o sofrimento e a dignidade das pessoas e, com isso, a memória de quem pensa que nunca

será atingido pela necessidade de lutar por seus direitos essenciais. Essas experiências podem ser lidas por vários ângulos. Como ressalta Ribeiro (2022), o trabalho de Lia teve uma transcendência pouco comum.

Sob a liderança de [MLAS], 57 anos, conhecida na Vila Nova Esperança como Lia, cerca de três mil moradores que compõem as 600 famílias do bairro da Zona Oeste de São Paulo, nas proximidades do município de Taboão da Serra, hoje vivem em mol-des sustentáveis, com energia elétrica regularizada e coleta seletiva de lixo (Ribeiro, 2022, p.1).

Porém, desde o trabalho *Guerra dos lugares* até o Observatório de Remoções, Raquel Rolnik e outros integrantes de seu grupo de pesquisa têm ressaltado que as remoções devem ser entendidas como parte de um processo de despossessão estrutural através de formas de violência que não são deflagradas exclusivamente pelo ato de remover, mas como parte de violências cotidianas que incidem sobre corpos (femininos e racializados). Nesse sentido, tais violências ganham contornos de trauma coletivo (Moreira *et al.*, 2020), contribuição aqui recolhida e integrada na análise para caracterizar o processo de normalização da precariedade. Moreira *et al.* (2020, p. 12) ressalta como a precariedade não é um elemento só de passividade e marginação, mas também de potência, “na medida em que da precariedade e da luta contra ela criam-se processos coletivos de transformação”. Em relação à contribuição das ciências sociais aos estudos sobre dinâmica da pobreza, já a partir da década de 1980 (Chambers, 1989) – passando pelos aportes aos estudos sobre a construção social dos desastres e do risco (Blaikie *et al.*, 1994) até chegar à literatura sobre adaptação



FIGURA 7 – Ocupação no limite de Vila Nova Esperança durante a pandemia da COVID-19.

FONTE: O autor.

às mudanças climáticas em comunidade locais, ou as recentes elaborações sobre adaptação baseada na natureza (Bennett *et al.*, 2016) – o tema da capacidade dos grupos de baixa renda para se envolver ativamente com processos de grande complexidade social e ambiental é um clássico.

Ao longo da fase inicial da pandemia da COVID-19, até meados de 2020, na área próxima à única via pública de acesso à Vila Nova Esperança, começaram a chegar famílias jovens, casais

e mulheres sozinhas com filhos, principalmente. Como mostrado na Figura 7, as novas moradias são feitas de madeira, sem fundação, nem sistemas de segurança.

Wilmer² conhece detalhadamente a infraestrutura da comunidade, em particular aquela relativa às conexões para o fornecimento de energia elétrica³. Contou-nos como funciona o processo de instalação e colocação, pelo menos em condições de segurança mínima, da infraestrutura elétrica. Wilmer trabalha à noite. Muitas vezes, ele chegado trabalho e vai para a ocupação para ver o que precisa ser feito, para colocar alguma moradia em segurança de acidentes e incêndios.

[...] vou passar o fio [elétrico], mesmo se eu faço o circuito eles não têm para pagar o valor que custa no mercado; então se eles tiverem, me dão, se não tiverem, eu faço igualmente, me preocupo com a segurança. Às vezes a pessoa te dá 20 ou 30 reais, faço no fim de semana quando tiver tempo. [...] o cara que chega aqui não quer saber [referindo-se a alguém que faz as instalações iniciais quando o espaço de ocupação é vendido aos ocupantes, geralmente sob mecanismo controlado por milícias], ele puxa um fio de 7 mm, liga um mundo de casas, não faz um cálculo, não vai saber a potência de nada e sai ligando, junta e a gente usa, aqui ninguém sabe, oh, eu vou tomar a ducha agora meu chuveiro é 8.660 W, o seu é 5.300 W (...) ninguém fala para nada que tem que desligar [...] aqui assim, mesmo que aqui não paga luz porque a Eletropaulo não entra aqui, mesmo tem que cuidar, tem folhas secas, tem árvores [...]

² O nome foi alterado por garantir o anonimato do entrevistado.

³ Ao longo do relato de Wilmer, não se pôde deixar de pensar sobre o tema das mudanças climáticas, a intensificação dos fenômenos hidrometeorológicos extremos e a distância considerável que separa os espaços dos debates do IPCC e da diplomacia global sobre o clima das realidades como a aqui apresentada ou das prioridades da COP26 que começaria dois dias depois.

A densidade da informação e das emoções da escuta na leitura posterior continua sendo devastadora. As palavras de Wilmer ressaltam a ausência das instituições e a presença de lógicas não formais de organização e de governança do espaço de vida, e reverberam com a potência de um choque elétrico indesejado. A expressão “a Eletropaulo não entra aqui” tem maior peso que 20 artigos indexados analisando e explicando as razões históricas da negação dos direitos humanos, sociais e culturais nas realidades das periferias, sejam as paulistas e as fluminenses, sejam as da América Latina e do Sul Global, conectadas em meio a uma enorme diversidade por um fractal que vê os riscos de caráter global se traduzirem de maneira sistemática em vulnerabilidades especializadas no âmbito local.

Porém, a vida e a luta sempre têm esperança; por isso, a narrativa da conquista da luta de Lia, da Associação Independente Vila Nova Esperança e dos/as moradores/as ficou para o final. Em 2014, após vários anos de resistência e luta, e da construção de uma horta orgânica e sua conversão no pilar do projeto centrado na sustentabilidade ecológica, a Associação ganhou o prestigiado prêmio Milton Santos. Esta vitória foi celebrada da seguinte forma na página da Revista da Câmara Municipal de São Paulo:

Na edição deste ano, a vencedora da Categoria 1 (projetos que objetivam a consolidação de direitos territoriais e culturais) foi a Associação Independente da Vila Nova Esperança, com o projeto União pela Urbanização da Vila Nova Esperança. De acordo com a presidenta da entidade, [MLAS], mais conhecida como Lia da Vila Nova Esperança, o objetivo do trabalho é criar uma vila ecológica, com base sustentável, na comunidade localizada no extremo oeste de São Paulo, a fim de melhorar a qualidade de

vida dos moradores. “Na nossa luta já chorei tanto que não tenho mais lágrimas. Agora temos motivo para sorrir”, contou Lia, agradecendo pela Salva de Prata recebida em Sessão Solene na Câmara, em 24 de junho. Ela espera que o prêmio ajude a comunidade, que existe desde 1960, a se urbanizar de uma forma melhor. “O que a gente mais quer é não prejudicar a mata” (Garcia, 2014, p.1).

Além da justa celebração e da importância de comemorar um momento altamente positivo ao longo de uma história tão marcada pelo risco e pela precariedade, o fato de escrever, no começo de 2022, tendo acompanhado a comunidade de Vila Nova Esperança desde antes da pandemia da COVID-19, permite-me refletir sobre o seguinte ponto (que será objeto de outro trabalho). O prêmio Milton Santos tem transformado Lia Esperança e Vila Nova Esperança em um caso altamente referenciado nos meios de comunicação e muito pesquisado por universidades e/ou estudantes em São Paulo, no Brasil e até no exterior. Porém, a luta contra a SABESP está longe de ser resolvida e a permanência da comunidade nesses terrenos nunca foi legalizada apesar do reconhecimento da enorme relevância ecológica das iniciativas realizadas. No entanto, de forma similar, milícias controlam os processos de chegada de centenas de famílias em novas ocupações nas margens da comunidade, de modo que os moradores da Vila ficaram numa situação de precariedade que é, sob muitos aspectos, a continuidade do passado.

8. A normalização da precariedade

A permanência intertemporal das situações de extrema precariedade na realização de um amplo

conjunto de direitos humanos e sociais transforma a cotidianidade em uma luta sem fim contra riscos de desastres ambientais ou sociais de vários tipos. Ela também opera uma transformação mais profunda que é a normalização da precariedade como condição de existência social e pessoal. Diferentes contribuições ao longo dos últimos 20 anos apresentam intuições e elaborações poderosas e ilustrativas para a compreensão desta transformação, tal como o estudo sistemático das lutas contra a colonização da terra pelos grupos financeiros organizados para a especulação urbana (Rolnik, 2015).

O primeiro elemento da normalização da precariedade é o conflito constante para permanecer no lugar. Por exemplo, no portal *Jusbrasil*⁴, entre os 17 processos aos quais se encontra relacionada a Associação Independente da Vila Nova Esperança, destaca-se o nº 0056778-64.2012.8.26.0100, entre a Associação e a CDHU, um reflexo do fato que a permanência da comunidade não está garantida, mesmo depois do prêmio Milton Santos ou das concessões de usucapião feitas pela SABESP. Segundo Low (2017), o processo de espacialização da análise etnográfica permite uma compreensão das relações sociais como algo produzido e localizado no espaço sob o ponto de vista não só físico, mas também histórico, afetivo e discursivo. Para a autora, portanto,

Cultura neste contexto refere-se às múltiplas e contingentes formas de conhecimento, poder e simbolismo que compõem as interações humanas e não humanas; processos materiais e tecnológicos; e processos cognitivos, incluindo pensamentos, crenças, imaginações e percepções (Low, 2017, p. 7).

A MMP é o produto de um modelo de desenvolvimento desigual e concentrador de riquezas sociais, marcado por múltiplas crises políticas e recessões econômicas (Nakano, 2019). Ela resulta da produção e reprodução desigual do espaço e dos passivos ambientais em amplas áreas com uma altíssima exposição aos riscos de deslizamentos e inundações juntos com outras tipologias de desastres menos frequentes, mas igualmente impactantes (Canil *et al.*, 2020; Canil *et al.*, 2021). A Seção 6 deste artigo, em particular, permite ao olhar ir mais além de uma compreensão unidirecional da relação entre processos sociais e espaço, mostrando como eles se compenetraram e recriaram mutuamente o tempo todo. A mídia tem produzido uma narrativa simplificada de Vila Nova Esperança na qual a sincera admiração pelas conquistas sociais obtidas pela liderança comunitária e comunidade organizada andam lado a lado com uma caracterização seletiva dos processos históricos e de uma tipificação dos atores como figuras caricatas, bons e maus, heróis e vilões. Por exemplo, na entrevista realizada por Ribeiro, o retrato da personagem principal, Lia, não é diferente daquele de uma heroína em luta contra um mundo hostil:

As iniciativas encabeçadas por Lia seguem impactando a comunidade, embora nem todos participem ativamente dos trabalhos. “Todos se beneficiam”, argumenta ela, “até quem não se envolve. Porque foi através desse trabalho que as pessoas deixaram de ser expulsas. E a própria CDHU, que não queria, junto com o Ministério Público, urbanizar aqui, nos procurou [depois] e falou que tem interesse”, conta (Ribeiro, 2022, p. 1).

⁴ Trata-se de um portal público, mas com consulta mediante pagamento.

Não se trata de diminuir a importância e o alcance do trabalho de Lia e a transcendência social e ambiental que isso está tendo. Contudo, do ponto de vista acadêmico e da produção científica, é importante recolocar as narrativas dominantes no interior de um contexto mais complexo, marcado por dinâmicas socioeconômicas, demográficas e de transformação urbana que permitem uma melhor leitura dos conflitos socioambientais associados com os riscos nesta parte da periferia de São Paulo.

9. Reflexões finais

Segundo Abram & Weszkalnys (2013), a análise empírica revela o caráter ilusório e instrumental do planejamento. Os resultados aqui apresentados decorrem da triangulação das seguintes componentes da pesquisa:

- i) dados históricos relativos a urbanizações periféricas em São Paulo;
- ii) narrativas da liderança comunitária e de pessoas que integram a comunidade na luta pela permanência e pelo estabelecimento de condições de vida dignas; e
- iii) a análise etnográfica das configurações espaciais do acesso à energia e do risco biofísico e social.

Desses resultados gerais emerge um resultado principal: a permanência intertemporal da precariedade na periferia paulistana, a qual tem duas implicações relevantes para o debate contemporâneo sobre desastres, riscos e periferias no Sul Global. A primeira relaciona-se com a literatura crítica sobre planejamento. É preciso lembrar que a arquitetura

institucional da gestão do risco de desastres, encabeçada por agências multilaterais como o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, é o reflexo de uma verticalidade que as contribuições sobre coconstrução do planejamento e planejamento participativo, como também a ciência cidadã, não têm conseguido modificar. Tampouco conseguem desmontá-la em suas ramificações de poder que favorecem entidades nacionais e subnacionais, excluindo as comunidades locais dos processos de tomada de decisão sobre o destino urbanístico do espaço construído, a infraestrutura e o orçamento. O mito do planejamento é reproduzido no interior dos paradigmas tecnocráticos e termina sendo funcional ao capitalismo predatório, financeirizado e excludente da nossa contemporaneidade (Brenner *et al.*, 2012).

A segunda implicação parte das contribuições de autores centrais na análise etnográfica e sociológica contemporânea da globalização nas periferias no Sul Global, como Burawoy (2000), e seguem a noção de “etnografia global” proposta por ele e seu grupo de pesquisa. Devido à homologação das trajetórias dos processos econômicos, culturais e da construção do espaço na globalização, os casos locais já não representam a especificidade idiossincrásica e incomparável com outros casos nesta mesma escala. Do contrário, na globalização, o espaço local, sobretudo em contextos urbanos altamente padronizados, é representativo de processos que se desenvolvem de maneira muito similar em diferentes lugares do planeta. Nesse sentido, dizer que a precariedade se normalizou na periferia de São Paulo é uma provocação nem tão indireta para uma discussão sobre a persistência intertemporal de hiatos na capacidade das políticas públicas para resolver os grandes dilemas do acesso a serviços

socialmente relevantes como água, saneamento e eletricidade. A precariedade destes serviços é causa de outras formas de privações no espaço habitado e na vida das pessoas. Com Raquel Rolnik, é preciso lembrar que

da mesma forma como a ação do planejamento urbano e da política habitacional tem sido fundamental para expandir as fronteiras do capitalismo financeirizado sobre o território, também é necessária muita imaginação urbanística e normativa para proteger, promover e potencializar essas novas geografias (Rolnik, 2015, p. 534).

Para se chegar a um novo paradigma de proteção social na sociedade precarizada e financeirizada que reproduz o risco social e ambiental, é preciso alcançar uma série de acordos políticos e pragmáticos diante da vulnerabilidade social. O atual sistema apresenta alta volatilidade, insegurança e desigualdades diante das quais nosso tempo precisa desenvolver uma nova ética e uma nova política de proteção e segurança humana que envolva todas as classes sociais.

Agradecimentos

O autor agradece o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processo 2018/17626-3) ao longo da pesquisa de pós-doutorado. Este trabalho é parte das atividades do projeto temático em andamento “Governança ambiental na Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática”, processo nº 15/03804-9, financiado pela FAPESP e vinculado ao Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais.

Lista de siglas

CDHU Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

SABESP Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SIMA Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo

TIZO Terras Institucionais da Zona Oeste

Referências

Abram, S.; Weszkalnys, G. *Elusive promises: planning in the contemporary world*. New York and Oxford: Berghahn Books, 2013.

Albrecht, G. *et al.* Solastalgia: the distress caused by environmental change. *Australasia Psychiatry*, 15(1), 2007. doi: 10.1080/10398560701701288.

Alburo-Cañete, K. Z. K. Bodies at risk: “managing” sexuality and reproduction in the aftermath of disaster in the Philippines. *Gender, Technology and Development*, 18(1), 33-51, 2014. doi: 10.1177/0971852413515356.

Beck, U. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.

Béné, C.; Godfrey Wood, R.; Newsham, A.; Davies, M. Resilience: new utopia or new tyranny? Reflection about the potentials and limits of the concept of resilience in relation to vulnerability reduction programmes. *IDS Working Paper*, 405, 2012. doi: 10.1111/j.2040-0209.2012.00405.x.

Bennett, N. J.; Blythe, J.; Tyler, S.; Ban, N.C. Communities and change in the anthropocene: understanding social-ecological vulnerability and planning adaptations to multiple interacting exposures. *Regional Environmental Change*, 16, 907-926, 2016. doi: 10.1007/s10113-015-0839-5.

Blaikie, P.; Cannon, T.; Davis, I.; Wisner, B. *At risk: natural hazards, people’s vulnerability, and disasters*. London: Routledge, 1994.

- Brenner, N.; Marcuse, P.; Mayer, M. (Eds.). *Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city*. London: Routledge, 2012.
- Burawoy, M. (Org.). *Global ethnography: forces, connections, and imaginaries in a postmodern world*. Berkeley, CA: University of California Press, 2000.
- Campello Torres, P. H.; Ferreira Ramos, R.; Gonçalves, L. R. Conflitos ambientais na Macrometrópole Paulista: Paranapiacaba e São Sebastião. *Ambiente & Sociedade*, 22, 2019. doi: 10.1590/1809-4422asoc20190101vu2019L2AO.
- Canil, K. *et al.* Vulnerabilidades, riscos e justiça ambiental em escala macro metropolitana. *Mercator*, 20, 2021. doi: 10.4215/rm2021.e20003.
- Canil, K.; Lampis, A.; Lopes dos Santos, K. Vulnerabilidade e a construção social do risco: uma contribuição para o planejamento na Macrometrópole Paulista. *Cadernos Metrópole*, 22(48), 397-416, 2020. doi: 10.1590/2236-9996.2020-4803.
- Capuano Mascarenhas, L. *Sowing hope, harvesting justice: how Vila Nova Esperança transformed the environment into an ally to claim rights*. 2019. Lund, Suécia, Dissertação (International Master's Programme in Environmental Studies and Sustainability Science) – Lund University, 2019. Disponível em: <<https://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=8978400&fileId=8978402>>. Acesso em: dez. 2021.
- Cardoso, A.; Denaldi, R. (Orgs.). *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar no PAC*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- Cefaï, D. ¿Qué es la etnografía? Debates contemporáneos. Primera parte: arraigamentos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. *Persona y Sociedad*, 27(1), 101-119, 2013. doi: 10.53689/pys.v27i1.34.
- Chambers, R. Editorial introduction: vulnerability, coping and policy. *IDS Bulletin*, 20(2), 2-17, 1989. doi: 10.1111/j.1759-5436.1989.mp20002001.x.
- Davis, S.; Hayes-Conroy, J. Invisible radiation reveals who we are as people: environmental complexity, gendered risk, and biopolitics after the Fukushima nuclear disaster. *Social and Cultural Geography*, 19(6), 720-740, 2018. doi: 10.1080/14649365.2017.1304566.
- Dietz, T. *et al.* The drama of the commons. In: National Research Council. *The drama of the commons*. Washington, DC: The National Academies Press, p. 3-36, 2002. doi: 10.17226/10287.
- EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Estatísticas estado de São Paulo*, 2019. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: mai. 2019.
- Foucault, M. *The birth of biopolitics: lectures at the Collège de France, 1978-79*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.
- Gama Torres, H. da; Marques, E.; Ferreira, M.P.; Bitar, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, 17(47), 97-128, 2003. doi: 10.1590/S0103-40142003000100006.
- Garcia, R. Palmas para a cidadania. Prêmio Milton Santos reconhece projetos que tornam São Paulo melhor. *Revista Apartes*, 8, 2014. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-8-junho-julho2014/palmas-para-a-cidadania>>. Acesso em: jan. 2022.
- Guzzo, M. Corpo em risco. *Athenea Digital*, 6, 56-65, 2004. doi: 10.5565/rev/athenead/v1n6.148.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Base de dados agregada*, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>>. Acesso em: jan. 2022.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Managing the risks of extreme events and disasters to advance climate change adaptation*. A special report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate change 2014: synthesis report*. Contribution of Working Groups I, II and III to the fifth assessment report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC, 2014. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/AR5_SYR_FINAL_Front_matters.pdf>. Acesso em: jan. 2022.
- Jasanoff, S. Ordering knowledge, ordering society. In:

- Jasanoff, S. (Ed.), *States of knowledge: the co-production of science and the social order*. London: Routledge, p. 13-45, 2004.
- Jasanoff, S.; Kim, S. H. Sociotechnical imaginaries and national energy policies. *Science as Culture*, 22(2), 189-196, 2013. doi: 10.1080/09505431.2013.786990.
- Lavell, A. Reflections: advancing development-based interpretations and interventions in disaster risk: some conceptual and contextual stumbling blocks. *Environmental Hazards*, 11(3), 242-246, 2012. doi: 10.1080/17477891.2012.698845.
- Leichenko, R.; O'Brien, K. *Environmental change and globalization: double exposures*. Oxford: Oxford University Press, 2008. doi: 10.1093/acprof:oso/9780195177329.001.0001.
- Low, S. *Spatializing culture: the ethnography of space and place*. New York: Routledge, 2017.
- Luque-Ayala, A. E. *Reconfiguring the city in the global south: rationalities, techniques and subjectivities in the local governance of energy*. Durham, Reino Unido, Tese (Doutorado em Geografia) – Durham University, 2014. Disponível em: <<http://etheses.dur.ac.uk/10606>>. Acesso em: dez. 2021.
- Moreira, F. A.; Rolnik, R.; Santoro, P. (Orgs.). *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020*. São Paulo: FAUUSP, 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/publicacao-registra-avancos-conceituais-e-metodologicos-no-mapeamento-das-remocoes>>. Acesso em: jan. 2022.
- Morgan, O. Infectious disease risks from dead bodies following natural disasters. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 15(5), 307-312, 2004. doi: 10.1590/S1020-49892004000500004.
- Nakano, A. K. Estimativa da população em insegurança habitacional potencial residente na região metropolitana de São Paulo. In: *Anais ENANPUR 2019*. Natal, 27-31 de maio, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xvii-enanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1663>>. Acesso em: jan. 2022.
- Nakano, A. K. Estimativa da população vulnerável a perdas habitacionais residente na Região Metropolitana de São Paulo. In: Moreira, F. A.; Rolnik, R.; Santoro, P. (Orgs.). *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020*. São Paulo: FAUUSP, p. 55-81, 2020.
- Pereira Marques, B. M. *Pobreza y exclusión socio-territorial en la metrópoli de São Paulo*, 2004. Madri, Espanha, TCC (Especialização em Estudos Avançados sobre a América Latina) – Universidade Complutense de Madrid, 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/204012/Pobreza_y_Exclusi%C3%B3n_Socio_Territorial_en_la_Metr%C3%B3poli_de_S%C3%A3o_Paulo>. Acesso em: dez. 2021.
- Piketty, T. *El capital en el siglo XXI*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- Ribeiro, E. Lia, esperança. *ECOIA UOL*, 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoia/reportagens-especiais/como-comunidade-na-zona-oeste-de-sp-virou-exemplo-de-bairro-sustentavel/#cover>>. Acesso em: fev. 2022.
- Rodríguez de Luque, J. J. *et al.* Impactos socioeconômicos del cambio climático en América Latina y el Caribe: 2020-2045. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 13(78), 11-34, 2016. doi: 10.11144/Javeriana.cdr13-78.iscc.
- Rolnik, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo. 2015.
- Romero-Lankao, P. *et al.* Scale, urban risk and adaptation capacity in neighborhoods of Latin American cities. *Habitat International*, 42, 224-235, 2014. doi: 10.1016/j.habitatint.2013.12.008.
- Saavedra, J.; Marchezini, V. Procesos de recuperación pos desastre en contextos biopolíticos neoliberales: los casos de Chile 2010 y Brasil 2011. *Íconos*, 66, 131-148, 2020. doi: 10.17141/iconos.66.2020.3987.
- Sassen, S. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.
- SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. *Parque Jequitibá: criado com a missão de promover educação ambiental*, 2019. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/educacaoambiental/parque-jequitiba-criado-com-a-missao>>

-de-educacao-ambiental>. Acesso em: jan. 2022.

Siqueira, A.; Lampis, A.; Bermann, C. Jardim (de) Esperança. Entrevista com Lia Esperança. *Diálogos Socioambientais*, 9(3), 43-48, 2020.

Thomas, H. Vulnérabilité, fragilité, précarité, résilience, etc. De l'usage et de la traduction de notions éponges en sciences de l'homme et de la vie. *Recueil Alexandries, Collections Esquisses*, 13, 2008. Disponível em: <<http://www.reseau-terra.eu/article697.html>>. Acesso em: jan. 2022.

UN OCHA – United Nations Office for de Coordination of Humanitarian Affairs. *Natural disasters in Latin America and the Caribbean 2000-2019*. New York: UN OCHA, 2020.